



Sábado

12-12-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 673 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 63

VÁ LÁ À SUA VIDA

A última pessoa que pôs em marcha um plano de combate efetivo ao fenómeno da corrupção acabou por não ser reconduzida no cargo de procuradora-geral. Mas o Governo está mesmo empenhado, tão empenhado que criou um grupo de trabalho...

O cabo dos grupos de trabalho

É DOS LIVROS: SEMPRE QUE UM GOVERNO NÃO QUER DECIDIR, não sabe ou não tem meios para o fazer, cria uma comissão ou um grupo de trabalho qualquer para nos entreter a todos durante uns bons meses. Tal como no passado, foi assim que nasceu o novo grupo de trabalho criado pelo Ministério da Justiça para delinear uma “estratégia integrada” de luta contra a corrupção.

Se há crime cujas causas e consequências estão, desde tempos imemoriais, diagnosticadas é a corrupção. Há estudos em cima de estudos, palestras, conferências, seminários, encontros, debates, teses académicas, propostas de lei, em resumo, há uma infundável bibliografia sobre todas as implicações do fenómeno e o que fazer para tentar alterar o estado de coisas. Por isso, a pergunta que se impõe é: este grupo de trabalho serve, especificamente, para quê?

A resposta, apesar da tal propalada estratégia integrada, é simples: para nada. Faz lembrar uma célebre comissão para a reforma penal, entre 2006 e 2007, que produziu umas atas sobre o que se deveria mudar na legislação penal. Depois a

Assembleia da República fez as alterações que entendeu por bem, ignorando a nomeada comissão.

No caso do combate à corrupção e aos chamados crimes conexos – participação económica em negócio, tráfico de influências, branqueamento de capitais –, Portugal já atingiu um patamar em que se exige muito mais do que um grupo de trabalho. Nos últimos 10 anos, várias investigações da Polícia Judiciária e do Ministério Público revelaram-nos que a corrupção está enquistada em todos os cantos do Estado. Exagero? Vejamos: Saúde com médicos, farmacêuticos e laboratórios; nas Finanças, onde a troca de um almoço e de umas garrafas de vinho se conseguem informações; na Segurança Social, onde meia centena de euros dão direito a um número; na própria Polícia Judiciária, onde as ligações entre investigadores e a malta do tráfico já não são só coisa de série de TV; na magistratura, onde uns milhares de euros num banco em Andorra servem para comprar decisões ou outros milhares de euros na conta de um testa de ferro alimentam uma vida de luxo; nas Forças Armadas, onde o negócio das batatas e couves

para as messes alimentou bocas e bolsos; no futebol, onde o fenómeno parece ser tão natural que ninguém quer fazer caso; no Instituto da Mobilidade e Transportes, onde umas centenas de euros validam umas autorizações; nos centros de exame de condução, onde outras centenas de euros servem para olear procedimentos; nas câmaras municipais, onde a corrupção é tal como o mato que cresce nos montes; enfim... e por aí fora, até acabar num antigo primeiro-ministro acusado de corrupção.

De facto, com esta história, do que o País precisa menos é de um grupo de trabalho. O que se exige é uma Polícia Judiciária dotada de meios para dar resposta em tempo útil aos processos, de forma a que a aplicação da justiça seja efetiva e não meramente simbólica, enrolada em anos de recursos, contrarrecursos, esclarecimentos e incidentes de constitucionalidade.

O que o País precisa é de um programa de ação, como aquele que foi delineado e concretizado pela ex-procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, e pelo antigo diretor do DCIAP, Amadeu Guerra. E que plano foi esse? Investigar e levar os processos a tribunal. Tão simples, não é? Mas, ao que tudo indica, os tempos mudaram. E sempre que se verificam estas mudan-

ças, assiste-se a uma captura de terminadas instituições. Vamos assistir – apesar de tudo o que se sabe – ao discurso do “Portugal não é um País de corruptos”, o grupo de trabalho vai produzir umas valentes páginas de análise ao fenómeno da corrupção (enquadramento/ contexto histórico/ metodologia/ levantamento legislativo/ propostas) e, pelo caminho, vira-se o discurso contra os jornalistas que denunciam casos, tentando condicioná-los com processos judiciais. Foi assim no passado. E diz-se que a História... □



Subdiretor
Carlos Rodrigues Lima

